



Diretores do Sinpro com a deputada Lúcia Carvalho levaram suas reivindicações à ministra

Sindicato se reúne com Erundina

ANA BEATRIZ MAGNO

O repasse imediato de um reajuste salarial médio de 30% para os servidores do GDF das áreas de educação e saúde foi o principal assunto do encontro de ontem entre a ministra Luiza Erundina, cinco diretores do Sindicato dos Professores (Sinpro) e a deputada distrital Lúcia Carvalho (PT). Os sindicalistas lembraram que o reajuste já foi concedido aos docentes do setor federal e cobraram de Erundina a manutenção de um compromisso firmado em 92 com ex-ministro Paulo Haddad e o governador Roriz. Pelo acordo, professores federais e do DF sempre teriam reajustes simultâneos e equivalentes.

Sem fazer promessas concretas, a ministra encerrou a reunião afirmando que não é a presidenta da República e nem tem as chaves dos cofres públicos. Mesmo assim, ela garantiu que vai estudar a validade jurídica das reivindicações apresentadas. "Esse acordo não foi feito durante a minha gestão na Secretaria da Administração Federal (SAF), e por isso não sei se essa

equiparação é legal", explicou Erundina. Durante a reunião, a ex-prefeita de São Paulo manifestou preocupação com possíveis greves nas áreas de Saúde e Educação em Brasília. "Quando estava na prefeitura os professores não fizeram nenhuma greve", contou.

Esperança — A deputada Lúcia Carvalho — presidente do Sinpro em 88 — explicou à ministra Erundina que os docentes de Brasília não pretendem paralisar suas atividades. "Nossa categoria não gosta de fazer greves. Elas só são feitas quando a carência de recursos é extrema", afirmou, lembrando que a presença dos professores na SAF é uma evidência da disposição de negociação. Lúcia Carvalho ressaltou ainda que desde a criação do Distrito Federal as áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública são custeadas pela União.

O diretor de assuntos jurídicos do Sinpro, Valter Peninha, considerou positivo o encontro com a ministra e tem esperança que pelo seu cacife político e por ser uma das

responsáveis pela definição da política salarial, ela consiga o reajuste de 30% reivindicado pelos professores. "O que não estamos entendendo, é porque, apesar do acordo firmado no ano passado com o governador e o ex-ministro Haddad, o reajuste para os docentes federais ainda não foi repassado para os professores do GDF", afirma Peninha. Ele espera que a ministra leve imediatamente o problema para os ministros da área econômica e confirme a inexistência de qualquer impasse jurídico na proposta. "Não existe nenhuma lei que proíba essa equiparação", completa o sindicalista.

Hoje os professores têm uma audiência marcada com a secretária de Educação, Eurides Brito, para esclarecer a situação do reajuste. "Queremos saber se por acaso este dinheiro já chegou no GDF", explica Peninha. No próximo dia 20 os docentes fazem uma assembléia para discutir a campanha salarial e esperam, até lá, já ter um retorno, tanto dos estudos feitos pela SAF quanto pela secretaria de Educação.